

**CONTEXTO DE CRIAÇÃO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA
UFG EM 1989: ASPECTOS INSTITUCIONAIS, POLÍTICOS E
EDUCACIONAIS DA DÉCADA DE 80**

Aneleyce Teodoro Rodrigues¹

O curso de Licenciatura em Educação Física da UFG, criado em 01 de setembro de 1989 através da resolução n. 283 do então Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa da Universidade Federal de Goiás, reconhecido pelo MEC em 27 de dezembro de 1994, conforme consta da Portaria n. 1811 e publicada no D.O.U. de 28/12/94. O currículo assumiu um caráter claramente político-pedagógico comprometido com um projeto histórico de transformação social. Ao contrário do perfil biológico dos demais cursos de EF do país, o curso da UFG situava a educação física na área das ciências humanas, com a definição do eixo epistemológico centrado na motricidade humana, com ênfase em experiências de pesquisa e intervenção social, definia com clareza a opção pela formação do professor para atuar na escola básica, entretanto, sem desconsiderar os outros campos profissionais.

Caracterizado como uma licenciatura ampliada em educação física tinha na docência a base da formação profissional tanto no campo da educação escolar, quanto nos campos do lazer, da saúde e do esporte. Foi construído com base na resolução CFE/MEC 03/87 e na resolução CCEP/UFG 0184/83 que fixava princípios e critérios para elaboração de currículos plenos, e no contexto do debate nacional da década de 80 sobre a necessidade de reformulação das licenciaturas e da melhoria da qualidade do ensino e da educação brasileira, da contribuição da didática e prática de ensino na formação de professores e o debate sobre o estatuto epistemológico e social da educação física.

O projeto curricular apresentou algumas inovações consideradas, inclusive hoje, como ações de vanguarda na formação de professores de Educação Física, entre os quais se destacam: a) localização da área acadêmica e profissional (única experiência curricular no Brasil) no interior das ciências humanas e sociais contrapondo, assim, a tradição conservadora de situar a formação na área de ciências biológicas e/ou ciências da saúde, cuja ação político-pedagógica delimitou um importante marco referencial de orientação curricular no País, mas

¹ Professora da Faculdade de Educação Física da UFG, doutoranda em Educação pela Faculdade de Educação da UFG.

que, somente agora, passa a se constituir em perspectiva possível para outros cursos; b) implementação do conceito de formação de docência ampliada e currículo estruturado por campos de conhecimentos multidisciplinares; c) implementação de um novo modelo de organização pedagógica fundada a partir de um eixo epistemológico que teve, como referência, a motricidade humana, o trabalho e a práxis pedagógica como elementos nucleares da estrutura curricular; d) introdução do aprofundamento por campos temáticos (áreas de aprofundamento de estudos) no contexto da graduação superior; e) supressão, de forma pioneira, do processo seletivo (vestibular) baseado na aptidão físico-orgânica dos candidatos com o deslocamento do corte avaliativo do vestibular (centrado na área biológica) para a área de história e língua portuguesa. Estas e outras mudanças, sem sombra de dúvidas, provocaram profundas reflexões em vários congressos na área de educação física com repercussões importantes quanto às inovações desenvolvidas na FEF/UFG em Goiás e em todo o país.

Tendo como referência a produção de conhecimentos acadêmicos e as pesquisas resultantes da intervenção social, o curso de licenciatura, além de fortalecer a prática da educação física na escola, também ofereceu oportunidades para a formação direcionada para outros espaços sociais. Mesmo que os compromissos históricos estivessem vinculados à formação de professores para intervir nas escolas e na educação – dentro da perspectiva generalista e das necessidades colocadas pelo mundo social, esta formação docente também relacionou a prática das atividades corporais para além dos muros do sistema educacional, possibilitando com isto uma ação político-pedagógica diferenciada no sistema educacional e nas demais intervenções profissionais nos espaços do trabalho relacionados ao esporte, lazer, saúde e políticas públicas. Tal posicionamento político-pedagógico determinou a linha de formação, estabelecendo uma nova configuração do projeto curricular, inclusive, reforçando o caráter generalista para atuar no campo da educação, escola e sociedade, sem deixar de lado os saberes e técnicas relacionadas à corporalidade nos demais campos de atuação profissional. Tudo isto balizado por um tipo de formação acadêmica e profissional estruturado em seu sentido amplo e, ao mesmo tempo, verticalizado para a intervenção na realidade prática.

Um aspecto relevante de natureza contextual e histórica e que influenciou profundamente a elaboração desta proposta curricular foi, na época, o intenso debate no meio acadêmico sobre o estatuto epistemológico da área e o perfil do profissional no sentido de identificar qual deveria ser o papel social da Educação Física numa sociedade de classe, refém da indústria cultural e a dependência de um modelo de pensar proveniente dos países em avançado estágio de desenvolvimento econômico e sócio-cultural. Isto sem se falar da necessidade de reconstrução da democracia brasileira após os anos tenebrosos de ditadura

SEMANA CIENTÍFICA³
20 A 22 DE OUTUBRO DE 2010

militar que promoveu profundos prejuízos ao desenvolvimento acadêmico-científico da Educação Física brasileira.

Logo após o início das primeiras turmas em Goiânia, implantaram-se novas turmas no campus avançado da UFG em Catalão (1990) e Jataí (1992). Nesta expansão, manteve-se toda a configuração curricular e a orientação pedagógica e institucional sob a coordenação político-pedagógica de Goiânia. As vagas desde então perfazem 160, anualmente, com ingresso por meio do concurso vestibular, sendo distribuídas 40 vagas para Catalão, 40 vagas para Jataí e 40 vagas matutino e 40 vagas vespertino para Goiânia.

O projeto curricular original teve como características fundamentais a constituição de uma licenciatura generalista (docência ampliada) em educação física, funcionando em regime seriado com duração mínima de quatro anos e máxima de sete anos, perfazendo um mínimo de 3.260 horas com a exigência para a integralização curricular de elaboração e apresentação pública de uma monografia final.

No âmbito da estrutura e da organização dos currículos da UFG, o curso foi organizado dentro do modelo de sistema seriado anual, implantado em 1983, quando esta universidade, após um caloroso debate acadêmico contra o projeto da reforma universitária dos militares, rompeu com o sistema de créditos baseado no modelo MEC-USAID.

Iremos então destacar três aspectos principais que foram fundamentais no processo de elaboração do projeto curricular que veio a criar o curso de Educação Física na UFG:

1. O contexto político e cultural do país na década de 1980;
2. As mudanças internas à UFG na década de 1980: a reforma acadêmica do ensino de graduação realizada em 1983: do regime de créditos para o regime seriado anual;
3. O debate epistemológico, político e cultural no interior do campo acadêmico da Educação Física no cenário nacional da década de 1980.

1. O contexto político e cultural da década de 1980 no Brasil

A abertura democrática da sociedade brasileira, o fim do governo ditatorial dos militares, a emergência dos movimentos sociais como sujeitos de ação política, a luta pelos direitos sociais, pela participação da população nos rumos da sociedade brasileira e pela democratização das instituições sociais e políticas foram os principais aspectos que caracterizaram a década de 1980. Dentre os movimentos sociais organizados destacam-se na área da educação física o CBCE, as APEFs e o movimento estudantil, no campo da educação:

a União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), Conferência Brasileira de Educação, Sindicatos e associações de professores (ANDES), Fórum Nacional de Defesa da Escola Pública, a realizações de congressos e debates nacionais em diferentes áreas do saber, no campo político: a criação da CUT, PT, a volta de exilados políticos, o movimento pelas eleições diretas, pela constituição democrática de 1988, dentre outros. Conforme o professor José Adelson Cruz (2006, p.107), o espírito dos anos 80 foi de otimismo pela educação e de luta pela expansão da escolaridade, pelo sentido político da educação, pela defesa dos direitos sociais. Elabora-se uma concepção de escola e de educação voltada para a transformação da sociedade brasileira e para a construção da democracia participativa tendo em vista a necessidade de superação de uma cultura política de caráter autoritário, oligárquico, centralizadora e privatista.

2. As mudanças internas à UFG na década de 1980: a reforma acadêmica do ensino de graduação realizada em 1983: do regime de créditos para o regime seriado anual

Conforme o professor Joel Pimentel Ulhôa (UFG, 1983a, p. 3-5), a reforma universitária de 1968 exerceu ao mesmo tempo um caráter positivo e um negativo para as universidades brasileiras. O caráter positivo segundo a análise do professor foi a definição da universidade como um organismo universitário com a eliminação das unidades estaques, do regime de cátedras, com a departamentalização que visou a integração da produção e da transmissão do saber. O aspecto negativo foi a desestruturação do convívio com a realidade acadêmica no Brasil.

Nós fomos, durante esses anos, vítimas de um processo de desgaste daquilo que, durante longos e longos anos, o mundo intelectual brasileiro tentou conquistar, que foi o próprio significado da vida intelectual, o próprio significado da sociedade intelectual, da vida universitária no seu sentido tradicional e até medieval, na dimensão positiva da expressão. Nós vivemos um sistema em que se pulverizou, na prática, a vida acadêmica do ponto de vista da estrutura discente, do ponto de vista da estrutura docente e do ponto de vista do próprio conteúdo do saber que se produz e do saber que se transmite, a partir da implantação do sistema de matrícula por disciplina. (UFG, 1983a, p.4-5).

O contexto nacional coincidia com o final da ditadura militar e de grandes manifestações da sociedade civil e política pela abertura democrática com a reivindicação de maior participação social nas decisões do país. A reforma universitária de 1968 já estava em

SEMANA CIENTÍFICA5
20 A 22 DE OUTUBRO DE 2010

vigor há 12 anos. Foram feitas a reforma administrativa, a mudança de Estatuto e Regimento Geral da UFG, o Simpósio sobre Graduação em 1983, a reforma de todos os currículos dos cursos de graduação, a partir de fevereiro de 1984, adequando-se ao novo regime seriado anual. Além disso, foram criadas a Pró-reitoria de extensão e a Pró-reitoria da comunidade acadêmica.

Em discurso proferido em 18 de janeiro de 1985, em comemoração aos 25 anos de existência da UFG, o professor Colemar Natal e Silva destaca as metas realizadas pela administração da reitora Maria do Rosário Cassimiro. Dentre elas estavam: a reforma administrativa inspirada na racionalização dos serviços e custos; a concepção de uma universidade feita e pensada para a realidade do Estado de Goiás; a reforma curricular, o empreendimento de esforços para a integração das três áreas ensino, pesquisa, extensão; a atenção especial ao esporte, voltado para a formação da juventude; a dinamização da reforma acadêmica; a extensão universitária aos campi planejados e instalados em regiões do nosso Estado. A captação de recursos indispensáveis à execução do programa MEC/BID-III buscando, não só a consolidação do Campus Universitário, como a melhoria da qualidade do ensino pela aquisição dos equipamentos, recursos humanos docentes e técnico-administrativos, maior apoio às entidades estudantis, a participação maior dos departamentos nas atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, para que o departamento se transformasse na unidade por excelência mais importante da vida acadêmica. Soma-se a isso a ação das pró-reitorias e das diretorias de unidades mobilizadas num esforço contínuo pelo desenvolvimento e aperfeiçoamento do ensino, conforme Natal e Silva (1992, p.79-80).

Para o professor Joel P. Ulhôa (UFG, 1983a, p.3-5), a reforma universitária de 1968 promoveu um desgaste da essência da vida universitária, do sentido acadêmico de sociedade intelectual, de instituição social de formação humana e produção do saber. O sistema de matrícula por disciplina pulverizou a vida acadêmica em sua estrutura docente e discente, levou à perda da substância e da consistência da instituição universidade. A reforma acadêmica do ensino de graduação da UFG em 1983 tentou reverter essa situação, isto é, a finalidade era a busca da unidade acadêmica da formação e do saber em contraposição à fragmentação provocada pela RU/68, com o sistema de matrícula por disciplina. Essa unidade acadêmica da formação e do saber foi buscada por meio dos princípios e critérios da reforma curricular, especialmente o eixo epistemológico do curso ligado ao perfil profissional, o aprofundamento do conhecimento e da formação e a integração entre ensino e pesquisa.

A reforma acadêmica do ensino de graduação da UFG iniciou com o retorno ao regime seriado anual, a mudança curricular de todos os cursos de graduação existentes na época, movimento que envolveu também a reformulação do estatuto e do regimento geral da universidade. A reforma acadêmica de 1983 fez parte dos três elementos que compunham a visão de universidade que formavam a base do projeto de trabalho da pró-reitoria de graduação. Primeiro, envolvia o repensar da relação entre a universidade e a sociedade por meio de alterações no vestibular. Segundo, a mudança do regime acadêmico e terceiro, a reforma dos currículos dos cursos de graduação.

A reforma envolveu um amplo processo de reflexão sobre o fazer acadêmico do ensino de graduação, como pode ser observado nos discursos da Reitora Maria Cassimiro do Rosário, do Vice-reitor Licínio Leal Barbosa e do pró-reitor, Joel Pimentel de Ulhôa ao apresentarem para a discussão e votação a proposta da comissão de reforma curricular, registrada na ata da reunião conjunta dos Conselhos Universitário, Coordenador de Ensino e Pesquisa e de Curadores, realizada, continuamente nos dias 28/06/1983, 04/07/1983, 05/07/1983 e 11/07/1983. De acordo com o discurso do professor Joel observa-se a preocupação em relacionar a opção pelo regime acadêmico ao sentido de universidade e de formação curricular.

Fica evidente a preocupação do pró-reitor não só com a temática específica do regime de matrículas na UFG, mas em inserir a reforma acadêmica no debate da própria concepção de universidade como uma instituição social, seu compromisso político diante da sociedade brasileira e o questionamento de seu sentido histórico e social. Isso significa que a Reforma acadêmica de 1983 foi muito mais que uma simples mudança de regime de créditos para o regime seriado anual. Significou um movimento de reflexão que pôs em questão a própria idéia de Universidade e sua relação com a sociedade. Um movimento questionador da prática acadêmica em relação ao ensino, à pesquisa e à extensão, em uma perspectiva de auto-crítica da UFG e de sua inserção no contexto nacional e histórico como instituição que valoriza a formação, em primeiro lugar.

Com a opção pelo regime seriado anual o trabalho educativo desenvolvido por professores e estudantes em nível de ensino, pesquisa e extensão poderia ser tratado com maior aprofundamento teórico e prático por causa do tempo letivo consideravelmente maior para o aprendizado e o ensino dos saberes específicos de cada disciplina. O debate se pautava pela preocupação não em diminuir prazos e acelerar a integralização curricular, nem com o aumento da quantidade de alunos, turmas e matérias oferecidas pela UFG, mas com a qualidade da formação acadêmica.

SEMANA CIENTÍFICA⁷
20 A 22 DE OUTUBRO DE 2010

A definição de uma filosofia institucional de universidade e de curso, a preocupação com a definição de uma racionalidade própria, com uma filosofia definidora da prática acadêmica fica claro no discurso da reitora professora Maria do Rosário Cassimiro, como parte do projeto de trabalho de seu reitorado (1982-1985).

A finalidade da reforma pode ser identificada por meio de seu princípio geral em que a universidade deve ser pública, gratuita, democrática, autônoma e voltada aos interesses da maioria da população brasileira, dos quais foram derivados mais quatro princípios que serão discutidos mais abaixo. Antes de buscar a forma ou o meio pelo qual se efetivaria a mudança de regime, o fato de que a reforma tenha iniciado com um debate sobre os princípios e critérios que a nortearam expressa o caráter filosófico da discussão e a preocupação em estabelecer as finalidades primeiras de uma instituição universitária.

Qual foi então a filosofia definidora da racionalidade da UFG naquele momento? Podemos delimitar essa filosofia em meio aos argumentos que foram apresentados como justificativa para a reforma acadêmica, dos quais destacam-se: a busca pela definição da própria identidade da UFG; o ensinar para formar e qualificar o educando e construir uma nova dimensão acadêmica para reafirmá-la como autêntica instituição de ensino superior voltada para os interesses da sociedade em que se insere. A intenção que se mostra é tratar com igual nível de importância e excelência o ensino e a pesquisa, entendendo que a ação que os interligam é que define a essência da vida acadêmica. O esforço acadêmico tinha como ênfase a formação do aluno, a idéia de núcleo epistemológico foi apresentada como o eixo de conhecimentos fundamentais articulador e definidor dos saberes que comporiam os currículos de forma a assegurar o máximo de aprofundamento do ensino e da aprendizagem nos cursos de graduação.

Podemos destacar algumas críticas feitas ao sistema de créditos como causador de um profundo mal-estar e consideráveis prejuízos à vida acadêmica universitária. A primeira delas é a perda da totalidade da formação em que o currículo desaparece junto com a sua finalidade básica: como e para que educar.

Isto porque o Currículo obrigatório é complementado pelas escolhas individuais dos alunos, ou seja, os Cursos não têm mais seu currículo, mas tantas quantas forem as combinações possíveis entre a parte fixa e as disciplinas “eletivas” da Universidade. (UFG, 1983a, p.9).

A diluição das turmas prejudicou a co-educação, a auto e hetero-educação social dos estudantes que tinha a turma como unidade sociabilizadora de convívio universitário, segundo

UFG (1983a, p. 9). A fragmentação do saber impossibilitava o desenvolvimento formativo do aluno, dificultava uma visão global de mundo e de profissão o que era percebido no momento do estágio e diante de uma preocupação única: a acumulação de créditos. O debate da busca da melhoria do ensino foi substituído pela discussão acerca da multiplicação das disciplinas, a visão caótica do saber e a superficialidade de conhecimentos justapostos proporcionados pela proliferação desordenada das disciplinas em prejuízo da unidade e da complexidade epistemológica, conforme UFG (1983a, p. 10).

A heterogeneidade das turmas, que congregava desde calouros a alunos formandos dificultou a definição do nível de ensino e da avaliação, o que levou a um nivelamento por baixo dos saberes ensinados. A matrícula por disciplina favorecia o descompromisso dos alunos que deixam de se preocupar com o “saber-estudar” e o “refletir” para somarem os créditos necessários para a conclusão do curso. Os meios e os fins deixam de ser o estudo e a busca do saber para ceder lugar à contabilização de créditos. O abandono de disciplinas no decorrer do semestre provocou o acúmulo de novas turmas no semestre seguinte e o excessivo número de alunos por turma.

A racionalidade administrativa suplantou a racionalidade pedagógica, tida como a maior vantagem e justificativa do sistema de créditos, não reduziu a capacidade ociosa dos recursos materiais e humanos, como havia prometido a RU/68. Produziu, ao contrário, uma sobrecarga de trabalho docente nas disciplinas do ciclo básico e iniciais do ciclo profissional e um esvaziamento das turmas no final do curso. O espaço físico existente tornou-se insuficiente para acomodar o número crescente de turmas exigido pela demanda semestral de disciplinas, conforme UFG (1983a, p. 11).

O aumento da burocracia, dos custos com o aluno e com a universidade levou os colegiados a se envolverem burocraticamente com a organização de horários, orientação de matrículas, prejudicando seriamente suas outras atividades básicas. As disciplinas eletivas levaram o aluno a se preocupar mais com o número de créditos de cada disciplina, do que com o conteúdo estar ou não de acordo com as reais necessidades curriculares e de formação profissional. (UFG, 1983a, p.11).

A reforma propôs princípios e critérios gerais para a apreciação de propostas dos novos currículos pelo CCEP. Os princípios são explicados como as propriedades essenciais e as características propositivas fundamentais a que as reformas dos cursos de graduação se subordinariam. Os critérios são as características que as propostas curriculares deveriam apresentar em conformidade com os princípios. O currículo é compreendido não apenas como uma grade de matérias, mas como o conjunto de todos os eventos e atividades programados

SEMANA CIENTÍFICA⁹
20 A 22 DE OUTUBRO DE 2010

que constituem a vida acadêmica de um curso. O núcleo epistemológico refere-se ao conjunto de saberes fundamentais do campo de conhecimento de cada curso e do perfil profissional que se pretende formar. “São matérias estruturais, axiais, sem as quais o próprio campo de conhecimento de que se trata perde sua identidade e seu sentido formativo.” (UFG, 1983a, p. 15)

A visão de universidade que estes princípios e critérios implicam é de uma instituição voltada para a superação da simples reprodução do saber, de uma vida universitária que se faça por meio da efetiva indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Observa-se a preocupação em estabelecer uma base filosófica que explicita a idéia de universidade e a finalidade que a UFG deveria assumir como instituição acadêmica de formação humana, em ampliar o debate entre currículo, áreas de conhecimento e profissionalização. Esses princípios e critérios para elaboração de currículos plenos foram aprovados, com algumas alterações, com a Resolução CCEP 0184/83.

O primeiro princípio é o da integração entre ensino, pesquisa e extensão: “O ensino, a pesquisa e a extensão, por serem indissociáveis, são assumidos, na UFG, com igual nível de importância e com idêntica preocupação de excelência, cada um desses setores alimentando os dois outros.” (UFG, 1983a, p.16). O critério referente ao primeiro princípio evidencia a mesma preocupação em que o currículo a ser proposto deveria articular entre si e às necessidades do desenvolvimento social, o ensino, a pesquisa e a extensão, “[...] de tal forma que a imbricação dessa tríade, que constitui a própria essência da vida acadêmica, garanta o progresso da excelência de nosso trabalho universitário, sem hipertrofia ou atrofia de qualquer uma das três dimensões citadas da prática acadêmica. (UFG, 1983a, p.16).

O segundo princípio é o da definição do perfil do profissional: “Cada Curso definirá, clara e fundamentalmente, em sua proposta curricular, o ‘perfil’ do profissional que se pretende formar.” (UFG, 1983a, p.16). O critério condiciona a elaboração da proposta curricular à definição clara do perfil profissional a ser formado, e de argumentação fundamentada do papel que se espera que esse profissional venha a desempenhar na sociedade. (UFG, Resolução 0184, 1983b, p. 2).

O terceiro princípio é o da ênfase no núcleo epistemológico: “O esforço acadêmico dará ênfase, na formação do aluno, ao elenco de matérias que compõem o núcleo epistemológico fundamental do respectivo Curso, núcleo esse cuja definição levará em conta, além da natureza do campo de conhecimento a que o Curso diz respeito, o ‘perfil’ do profissional que se pretende formar.” (UFG, 1983a, p. 17) O critério anuncia que o projeto

curricular deverá explicitar a ênfase ao núcleo epistemológico por ser a estrutura significativa básica do curso de forma a serem destacadas as matérias que comporiam o núcleo e o sentido de cada uma delas para a formação profissional e para a articulação do currículo. (UFG, Resolução 0184, 1983b, p. 2).

O quarto princípio é o do ensino e o da aprendizagem da estrutura fundamental das matérias: “O ensino e a aprendizagem implicados no universo das atividades curriculares, teóricas ou práticas, estarão voltadas para o que é estrutural nas matérias que constituem a proposta curricular.” (UFG, 1983a, p. 17) O critério exige que as ementas de cada matéria da proposta curricular evidenciem que a finalidade é o ensino e o aprendizado da estrutura fundamental, do que é mais significativo em cada uma. (UFG, Resolução 0184, 1983b, p. 2)

O quinto princípio proposto pela comissão que foi o da “individualização dos currículos” não aparece na Resolução 0184/83. Este princípio tinha como finalidade buscar o aprofundamento do ensino e da aprendizagem não só do núcleo epistemológico do curso como também das disciplinas extras à grade curricular obrigatória dos cursos de graduação. A idéia inicial era estimular e tornar acessível a todos os alunos ofertas de disciplinas livres ou extra-curriculares. Para isso o currículo obrigatório deveria ser “enxugado” de forma que fossem oferecidas aos alunos as condições concretas de participar ativamente do processo de personalização de sua própria formação, buscando o saber por livre opção. (UFG, 1983a, 18).

Na Resolução 0184/83, veremos que no lugar do quinto princípio proposto pela comissão, o artigo segundo, inclui o currículo mínimo de cada curso, obrigatório e regulamentado pelo Conselho Federal de Educação, e as matérias complementares que poderiam ser desdobradas em disciplinas, “[...] dispostas em uma sequência ordenada e hierarquizada através de períodos anuais, bem como de atividades complementares, compreendendo participação em pesquisas, conferências, palestras, seminários, congressos, debates e outras atividades culturais”. (UFG, Resolução 0184, 1983b, p. 02). Parece que o conflito entre um currículo direcionado e planejado pela instituição e a idéia de liberdade individual e flexibilidade curricular também perpassava o debate e as escolhas definidas no movimento da reforma acadêmica.

3. O debate epistemológico, político e cultural no interior do campo acadêmico da Educação Física na década de 1980.

Os anos de 1980 significaram o início do debate crítico sobre a necessidade de superação do paradigma biológico, do esporte de rendimento, do higienismo e do militarismo

SEMANA CIENTÍFICA11
20 A 22 DE OUTUBRO DE 2010

no campo da Educação Física. O surgimento de novas análises sociais, de uma forte tensão entre perspectivas teóricas e políticas antagônicas, de um grupo de intelectuais que passam a defender a necessidade da formação de uma consciência crítica na área da educação física, a constituição de uma comunidade científica e a construção da EF como área acadêmica. A aproximação de muitos pesquisadores à área das ciências humanas, inclusive com o aumento significativo de mestrados e doutorados na área da educação, sociologia, filosofia e antropologia. A aproximação das pesquisas em Educação Física aos referenciais teóricos filosóficos, antropológicos, psicológicos, políticos e pedagógicos, para além das ciências físicas e naturais. A forte influência dos movimentos sociais e do contexto político-cultural de abertura democrática na ampliação das análises e estudos da EF. A forte presença da matriz filosófica fundada no materialismo histórico dialético e o questionamento da influência do sistema esportivo oficial sobre a educação física escolar. A emergência do conceito de cultura como categoria explicativa da EF, como fenômeno cultural cuja dimensão simbólica em contraposição ao determinismo biológico é o que dá sentido às ações humanas. A construção de um pensamento pedagógico na EF e a defesa de uma educação física ligada ao projeto de transformação da escola pública e da sociedade brasileira.

- **A influência de Manoel Sérgio e de outros autores/atores presentes no cenário da Educação Física brasileira na década de 80 e os seus reflexos no debate da FEF/UFG**

Vamos destacar aqui o ano de 1987 que se realizou o V Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, entre os dias 2 a 5 de setembro, na cidade de Recife. A palestra proferida pelo prof. Manoel Sérgio, professor do Instituto Superior de Educação Física da Universidade Técnica de Lisboa, com o tema: “Que espécie de Educação Física desejamos? Que espécie de EF deseja o povo brasileiro? Nesta palestra Manoel Sérgio propõe a reconstrução epistemológica do que para ele era impropriamente denominada de educação física. Buscando superar as fragilidades teóricas, os ranços da prática e a ausência de um saber definido e autônomo, ou seja, de um objeto de estudo que legitimasse-a como ciência, portanto, faltava-lhes um estatuto que desse legitimidade científica, Manoel Sergio lança sua tese de que urgia criar uma nova ciência, qual seja, a ciência da motricidade humana, cujo objeto epistêmico seria a motricidade humana e a sua aplicação pedagógica a prática da educação motora.

Essa nova ciência seria localizada na área das ciências humanas em contraposição às ciências do esporte e do treinamento onde se localizam na área das ciências biológicas. Manoel Sérgio (1989) em sua obra: “Educação Física ou ciência da motricidade humana” em que se encontra publicada uma palestra de 1987, desenvolve a crítica ao caráter ideológico e dominante que o esporte e uma EF historicamente dependente e aliada ao poder político e econômico, à influência dos médicos, dos militares e dos atletas na pesquisa e na formação dos professores de EF e, por extensão, na prática da educação escolar. Contrapondo-se à idéia de gesto motor e de físico pré-determinado biologicamente, como ato desprovido de sentido, Manoel Sérgio desenvolve o conceito de motricidade que relaciona o ser humano, a natureza, a cultura, o corpo e a mente, Para ele o ser humano é ser de relação, práxis, totalidade sócio-política, incompleto, aberto ao mundo, aos outros e à transcendência, agente e promotor de cultura. A motricidade é um conceito em que o movimento humano é dotado de sentido e criatividade, um ser de consciência expressa pela motricidade, o homem como autor responsável pelos seus atos e que pode se realizar como sujeito. O homem com um eu corporizado. Portanto, critérios epistemológicos, políticos e culturais para validar a ciência da motricidade humana.

No campo da formação defendeu a formação de um professor culto, capaz de pensar criticamente a realidade social visando uma ação transformadora da realidade. Propõe como especialidade da Educação Motora, o esporte, a dança, o jogo (lazer e recreação), a motricidade infantil, a educação especial e a reabilitação, a ginástica, a ergonomia e o treino físico. A sua função primordial seria “[...] estar presente com as possibilidades e os instrumentos que permitam humanizar, transformar em espaço liberto aquelas atividades” (1989, p. 58). Defende uma cultura da motricidade que leve o ser humano à espontaneidade, à imaginação, à criatividade e à superação em contraposição ao higienismo e à idéia de que por si só o exercício físico gera saúde, a idéia dualista de corpo e mente, ao militarismo, à formação da juventude atlética, ao pedagogismo e ao psicologismo da psicomotricidade.

Propõe um novo currículo de formação de professores e uma nova Faculdade de Motricidade Humana que acrescentaria às disciplinas de caráter biológico, aquelas de base cultural. Defende a formação de professores pesquisadores, curiosos pelo saber mais, que reconheça o homem como ser cultural.

Entretanto, com a década de 1990 outras questões serão postas para o debate epistemológico e pedagógico da EF no país. As idéias de Manoel Sérgio deixarão o centro das discussões e a educação física como prática social e pedagógica se tornará o tema central das propostas e teses defendidas no campo da educação física escolar. Vários autores brasileiros

SEMANA CIENTÍFICA¹³
20 A 22 DE OUTUBRO DE 2010

como Vítor Marinho de Oliveira, Medina, Lino Castellani Filho, João Batista Freire, Celi Tafarel, Valter Bracht, Elenor Kunz, dentre muitos outros, desenvolverão análises críticas acerca dos aspectos ideológicos e alienadores do esporte de rendimento e da necessidade de superação do tecnicismo da educação física ensinada na escola. A publicação do Coletivo de Autores do livro “Metodologia do ensino de Educação Física” e “Transformação didático-pedagógica do esporte”, de Elenor Kunz foram referências fundamentais para a virada do debate centrada na educação física como produto e produtora de cultura no campo da corporalidade e do movimento humano. Sem querer polemizar aqui as divergências ente as duas concepções, queremos mais ressaltar o elemento comum, que ambas concordam com a idéia de que a educação física se situa no campo da produção simbólica, da produção de sentidos e significados permeados de intencionalidades sociais, políticas, estéticas, éticas, subjetivas e objetivas, aspecto que perpassa o projeto de formação de professores de educação física da FEF/UFG desde seu início.

4. Considerações Finais

O curso da FEF/UFG iniciado em 1989 foi uma síntese inédita, singular de todos os movimentos sociais, políticos, culturais, epistemológicos e pedagógicos que emergiram e formaram o contexto extremamente rico de debates na década de 1980. Temos que destacar mais uma vez que essa síntese foi realizada por um grupo de professores que tiveram no professor Nivaldo Nogueira David e na professora Lenir Miguel de Lima os principais protagonistas no processo de elaboração e defesa do projeto no ano de 1988 e 1989. É importante lembrar que a UFG reunia vários professores de educação física na época intitulada Coordenação de Educação Física e Desporto da UFG, encarregada de oferecer o esporte e as atividades físicas obrigatórias por lei para todos os estudantes do ensino superior. Muitos desses professores participavam de uma concepção conservadora, biologicista e esportivista de educação física. O projeto de vanguarda proposto na época significava para muitos uma verdadeira destruição do que deveria ser um bom curso de educação física, ou seja, a formação de alunos atletas e eficientes instrutores técnicos. Foi então inevitável o embate entre as duas concepções de formação, de sociedade, de escola e de educação física, envolvendo os alunos das primeiras turmas nesse tensionamento, situação que só se tornará menos conflituosa com a aproximação de professores de outras unidades como da Faculdade de Educação, da área da antropologia social, da anatomia e da nutrição, além de novos

professores que serão contratados a partir de 1996, que buscaram a FEF por afinidade política com seu projeto.

A reforma curricular de 2005 tentou manter as conquistas e avanços proporcionados pelos debates internos sobre o projeto de formação da FEF durante as semanas científicas e as semanas de planejamento realizadas entre os anos de 1992 e 2004, além de buscar superar os pontos conflituosos questionados pela crítica de alunos e professores. Entretanto, com o regime semestral, o sistema de matrículas por disciplina, a estruturação do currículo por núcleos dentro de uma lógica de rapidez, fragmentação e flexibilidade curricular, as idéias de aprofundamento do saber, de pesquisa e de *práxis* ficam comprometidas diante da quase impossibilidade de sua efetivação.

Tendo como referência a produção de saberes acadêmicos e as pesquisas resultantes do trabalho educativo, o curso de licenciatura, além de valorizar a prática da educação física na escola, também ofereceu oportunidades para a formação direcionada para outros espaços sociais. Mesmo que os compromissos históricos estivessem vinculados à formação de professores para intervir nas escolas e na educação esta formação docente também relacionou a prática das atividades corporais para além dos muros do sistema educacional, possibilitando com isto uma ação político-pedagógica diferenciada no sistema educacional e nas demais instituições relacionadas ao esporte, lazer, saúde e políticas públicas.

Muitos problemas e exigências foram apresentados ao longo desses treze anos de curso. A relação entre a formação e a prática social, evidenciadas diversas vezes nas discussões internas entre professores e alunos nos eventos promovidos pela FEF sobre as avaliações curriculares realizadas nas Semanas Científicas de 1996, 1998, 2000, 2002 e 2003, denunciava contradições internas e exigia novas alternativas à prática educativa no sentido da mudança e da transformação.

Nos debates ocorridos foram considerados “pontos de estrangulamentos” do currículo: a) as áreas de aprofundamentos, com destaque para o Aprofundamento em Educação Física Popular que por abranger todos os estudos que não se referiam à escola ou ao treinamento esportivo acabou por receber todo tipo de interesse em pesquisa, extrapolando a idéia original de aprofundamento dos estudos de educação física em relação aos movimentos sociais e populares; b) a necessidade de conhecimentos que deveriam fortalecer a extensão universitária que deu origem à disciplina experimental; c) a ampliação da carga horária dos conteúdos direcionados para o esporte; d) o pressuposto de que a disciplina Didática e Prática de Ensino deveria ocorrer ao longo do curso para impulsionar o debate sobre a prática

SEMANA CIENTÍFICA 15
20 A 22 DE OUTUBRO DE 2010

pedagógica e sobre a escola do ponto de vista do ensino crítico-reflexivo e de ações propositivas.

Nestes debates, por diversas vezes, ressaltou-se a importância de promover o diálogo entre os professores, seus conhecimentos e as diversas disciplinas que compõem o currículo, no sentido da construção de debates e práticas interdisciplinares no percurso da formação acadêmica dos alunos, a fim de buscar uma unidade metodológica na ação curricular considerando-se os compromissos históricos e políticos com a mudança da escola e da sociedade.

As reformas que passariam os cursos de graduação com as mudanças impostas pelo Regulamento Geral dos Cursos de Graduação da UFG (RGCG, aprovado pela Resolução n. 06/2002 CONSUNI, a Resolução n. 004 CEPEC estabelecendo a nova política de formação de professores para a UFG, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores aprovadas pelo CNE em 2002, o projeto pedagógico do curso de Educação Física da UFG sofre profundo impacto. Especialmente quanto ao RGCG, a FEF foi contrária ao projeto de retorno ao sistema de seriação semestral, pois entendia que esta reforma aumentaria a fragmentação do saber, a redução do tempo pedagógico das disciplinas impediria o aprofundamento do saber, a multiplicação de disciplinas no interior do currículo visando ao cumprimento da carga horária necessária para a integralização curricular quanto aos núcleos específico, comum e livre, a perda do eixo epistemológico do curso, o aumento do aparato burocrático e de controle acadêmico e a perda da qualidade da formação acadêmica no âmbito da graduação.

O novo projeto do curso de licenciatura em educação física da FEF/UFG apresenta a partir de 2005 as seguintes finalidades: a) formar professores de educação física com autonomia para pensar, questionar e intervir junto ao trabalho educativo fundado em uma sólida formação teórica e prática de caráter crítico e reflexivo no campo da cultura corporal; b) reafirmar os compromissos sociais que objetivem a superação das injustiças sociais, da exclusão, da discriminação, da alienação do homem inscritos na cultura corporal humana.

Os princípios e finalidades do projeto de formação de professores assumidos pela FEF/UFG, do ponto de vista de sua efetivação não está livre de contradições e impedimentos que possam limitar a busca pela sólida formação teórica e multidisciplinar, a síntese entre a teoria e a prática, a compreensão do trabalho e da pesquisa como princípios educativos na

escola, e a articulação entre a formação inicial e a formação continuada em um diálogo crítico e propositivo com os sistemas educacionais.

O desafio para o projeto de formação docente da FEF do ponto de vista do ensino e da pesquisa é não se limitar aos problemas imediatos da realidade, que poderá reduzir o olhar das pesquisas à busca de resolução imediata da prática. A formação de professores que visa a autonomia deve ter como finalidade a interlocução com a produção de saberes científicos, filosóficos e culturais no sentido do questionamento das idéias, conceitos e paradigmas postos nos campos acadêmico e profissional, caso contrário, teremos apenas diagnósticos situacionais e tabulação dos dados que confirmem a realidade, sem reflexão crítica e teorização.

REFERÊNCIAS

- CASTELLANI FILHO, Lino. *Educação Física no Brasil: a história que não se conta*. Campinas: Papirus, 1988.
- COLETIVO DE AUTORES. *Metodologia do ensino de educação física*. São Paulo: Cortez, 1992.
- CRUZ, José Adelson da. *O pulso ainda pulsa? Movimentos sociais e cultura política em tempos sombrios*. Goiânia: mimeo, 2006.
- DAOLIO, Jocimar. *Educação Física Brasileira: autores e atores da década de 1980*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1998.
- FEF/UFG. *Projeto político pedagógico da Faculdade de Educação Física da UFG para o curso de licenciatura em Educação Física*. Goiânia: texto mimeo., 2005.
- MEC/CFE. *Documenta*. Ato Institucional n. 5, p.147-149, n. 95, dez. 1968.
- NATAL E SILVA, Colemar. *Realizações e projetos de Colemar Natal e Silva no campo da cultura em Goiás*. Org. por Moema de Castro e Silva Olival. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992.
- OLIVEIRA, Vitor Marinho. *Consenso e conflito da educação física brasileira*. Campinas: Papirus, 1994.
- SÉRGIO. Manoel. *Educação Física ou ciência da motricidade humana?* Campinas: Papirus, 1989.
- UFG. *Ata da Reunião Conjunta dos Conselhos: Universitário, Coordenador de Ensino e Pesquisa e de Curadores, realizada continuamente nos dias 28/06/83, 04/07/83, 05/07/83 e 11/07/83*. Goiânia, 1983a.
- _____. *Resolução 0184/83 que fixa os princípios e critérios para elaboração dos currículos plenos*. Goiânia, 1983b.
- _____. *Estatuto, com as alterações de acordo com o parecer n. 579/83 do Egrégio Conselho Federal de Educação*. Goiânia, 1983c.
- _____. *Regimento Geral, com as alterações de acordo com o parecer n. 579/83 do Egrégio Conselho Federal de Educação*, 1983d.
- _____. *Secretaria de Órgãos Colegiados (SOC). Reforma Acadêmica: implantação do regime seriado – reforma curricular*. Goiânia, 1984a.
- _____. *Resolução 0194/84 que dispõe sobre a opção pelo regime seriado anual*. Goiânia, 1984b.